

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PAULO GUEDES

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Do Sr. Paulo Guedes)

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional (CINDRE), Comissão da Amazônia e dos Povos Originários (CPOVOS) e Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, para debater os impactos das multas ambientais aplicadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sobre produtores rurais e municípios de Minas Gerais, a expansão de novas unidades de conservação no Estado e a delimitação de suas áreas de amortecimento.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 32 e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência seja realizada Audiência Pública Conjunta, no âmbito das Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional (CINDRE), Comissão da Amazônia e dos Povos Originários (CPOVOS) e Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com a finalidade de debater as multas excessivas aplicadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Minas Gerais, a expansão das novas áreas de unidades de conservação no Estado e a questão das áreas de amortecimento, temas que envolvem, a um só tempo, o desenvolvimento regional, os direitos de povos e comunidades tradicionais e o impacto fiscal e econômico sobre Estados e Municípios, e que têm gerado grande insegurança jurídica sobre produtores rurais e municípios mineiros.

Para tanto, solicito que sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Prefeitos dos municípios mineiros situados em áreas de unidades de conservação e respectivas zonas de amortecimento;
- Representantes de associações de pequenos produtores rurais da região.



JUSTIFICAÇÃO

Produtores rurais e municípios de Minas Gerais, em especial na região Norte do Estado, vêm sendo atingidos por três problemas concretos e interligados: multas ambientais aplicadas pelo ICMBio em número excessivo e em valores desproporcionais à gravidade da infração e à realidade da pequena e média propriedade rural; a expansão de novas unidades de conservação sem diálogo prévio com prefeituras e comunidades locais; e a delimitação de áreas de amortecimento sem critérios claros, restringindo o uso do solo no entorno das reservas.

O problema tem gerado impacto enorme no Norte de Minas Gerais, região onde as autuações desproporcionais e a incerteza sobre novas áreas protegidas e suas zonas de amortecimento afetam diretamente a permanência de famílias no campo e a arrecadação dos municípios locais.

Essa insegurança compromete o planejamento de longo prazo de produtores e gestores municipais, que passam a conviver com dúvidas sobre os limites do que podem ou não fazer em suas terras e sobre os investimentos futuros na região. O resultado é o enfraquecimento da atividade produtiva local, a redução da arrecadação e, em muitos casos, o êxodo de famílias que dependiam da terra para sua subsistência.

É importante destacar que a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico não são objetivos incompatíveis. O que se busca com este requerimento não é o afastamento das políticas de conservação, mas sim a construção de critérios mais claros, proporcionais e dialogados para sua aplicação, de modo que a preservação dos biomas mineiros caminhe junto com a segurança jurídica e a viabilidade econômica das famílias e municípios envolvidos.

A apreciação conjunta pelas três Comissões se justifica porque cada uma tem competência direta sobre uma dimensão do problema: à CINDRE, o impacto sobre o desenvolvimento regional dos municípios afetados, sobretudo no Norte do Estado; à CPOVOS, os reflexos sobre povos e comunidades tradicionais e indígenas da região; e à CFT, o efeito econômico-financeiro das multas sobre produtores, Municípios e arrecadação.

Por isso, propõe-se reunir, em um mesmo debate, o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio com prefeitos e associações de produtores rurais diretamente afetados, de modo a construir soluções concretas para os três pontos apresentados, com atenção especial à realidade do Norte de Minas Gerais. Diante da relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado **PAULO GUEDES-PT/MG**

